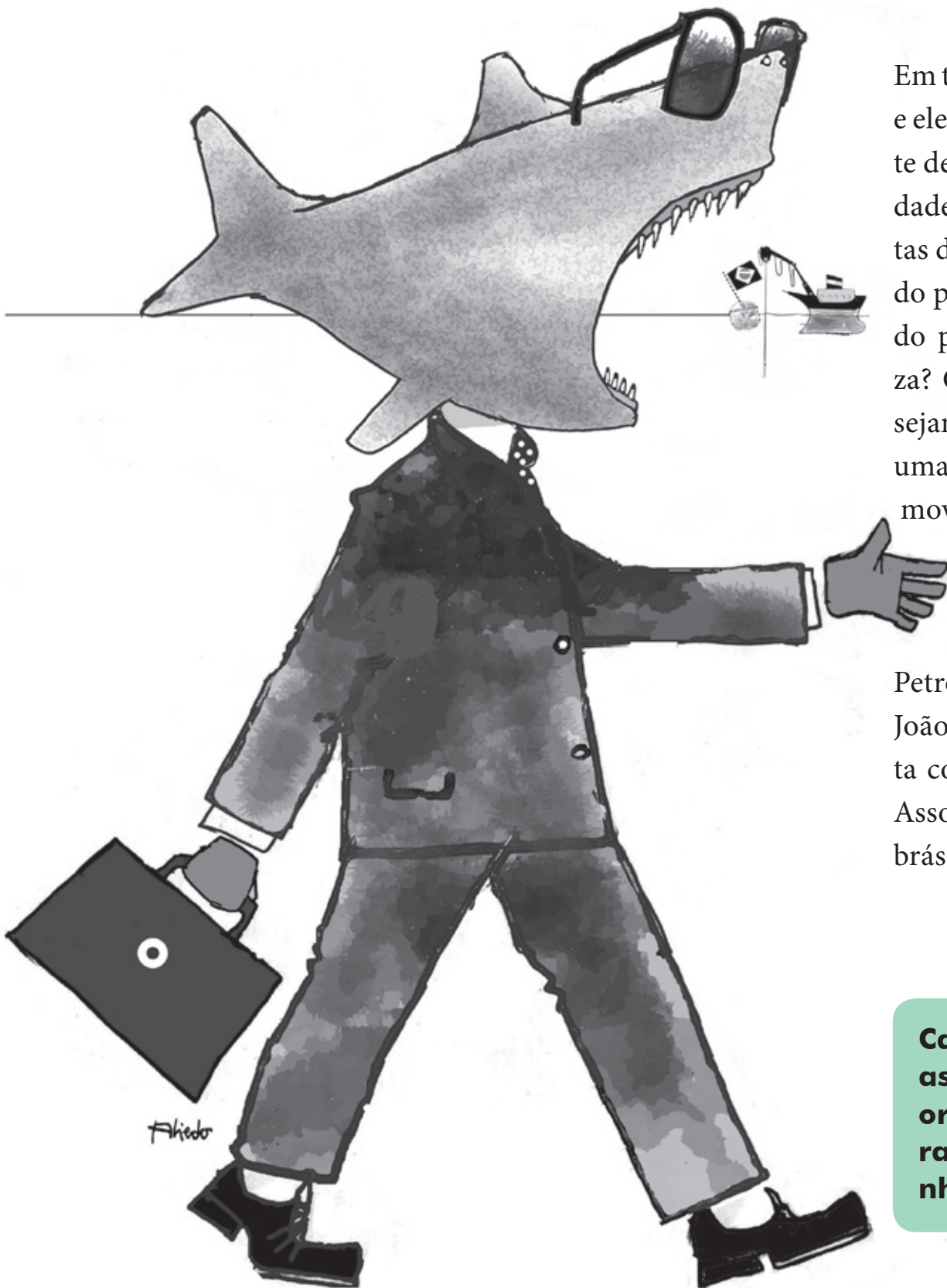


Ouro negro sob o sal



Em tempos de crise financeira mundial e eleições aqui e nos EUA, o importante debate sobre os desafios e oportunidades que se abrem com as descobertas dos campos de petróleo da camada do pré-sal parece ter ficado em segundo plano. Como explorar esta riqueza? Como garantir que estes recursos sejam revertidos para a construção de uma sociedade mais justa? Para promover esta discussão fundamental, o *JE* publica artigos do ex-diretor da Petrobras Ildo Sauer e do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) João Carlos de Luca e uma entrevista com o diretor de comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) Fernando Siqueira.

Carlos Lessa critica em artigo as políticas neoliberais que originaram a crise financeira mundial e aponta caminhos para o Brasil.

editorial

Desafios e oportunidades

Já estávamos com a presente edição do *JE* definida junto aos nossos colaboradores, abordando os desafios e oportunidades que se abrem para o Brasil com as descobertas dos campos de petróleo da camada do pré-sal, quando os sintomas mais agudos da crise financeira mundial voltaram a se pronunciar.

Desde o segundo semestre do ano passado, a partir da crise que se instalou no setor de crédito imobiliário dos Estados Unidos, os principais bancos centrais do mundo vêm procurando, através de ações coordenadas, injetar liquidez nos mercados, como forma de se estancar os problemas que foram se apresentando.

Esses esforços se mostraram absolutamente insuficientes, a crise adquiriu uma nova dimensão já no primeiro semestre deste ano, e agora ela se mostra de uma gravidade, para muitos, somente comparável à crise de 1929.

O professor e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, abre a nossa edição com um artigo – Lições da Crise – onde, com a sua experiência e capacidade analítica, procura nos alertar para a oportunidade que se abre ao país. Poderemos, caso tenhamos coragem e criatividade, superar uma série de equívocos cometidos nos últimos anos, em nome de uma modernidade defendida pelos mesmos segmentos que hoje provocam e potencializam a crise em curso.

Ao mesmo tempo, oferecemos ao leitor do *JE* um painel bastante ilustrativo das diversas posições veiculadas no debate sobre a riqueza do pré-sal, com todas as implicações de natureza política, técnica e jurídica envolvidas. Como entrevistado do mês, fomos ouvir o engenheiro da Petrobrás e diretor da AE-PET, Fernando Siqueira, sobre este complexo tema.

Nesta edição, contamos também com uma interessante análise do Fórum Popular de Orçamento sobre os gastos no Estado e Município do Rio de Janeiro e Município de Niterói em áreas relacionadas à formação e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Boa leitura! 

SUMÁRIO

3 Carlos Lessa
Lições da crise

5 Ildo Sauer
O petróleo é nosso, o pré-sal é nosso, a Petrobras é nossa



7 Entrevista
**Fernando Siqueira
Não houve sorte no pré-sal,
houve competência e persistência
da equipe da Petrobras**

10 João Carlos de Luca
**Estabilidade regulatória no setor
de petróleo é a chave para a tranquilidade
nos investimentos do país**

13 **Eleição no Corecon-RJ**

14 Fórum Popular do Orçamento
O Orçamento Criança e Adolescente

16 **Concurso de Redação e curso Preparatório
para o Exame Nacional da Anpec 2009**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Lições da crise

■ Carlos Lessa

Faço parte, com um conjunto de colegas, daqueles que jamais assumiram a globalização como receita universal para a prosperidade e o progresso da equidade no mundo. Resistimos ao “canto de sereia” do neoliberalismo. Percebíamos como inquietante a insidiosa progressão daquela ideologia nas novas gerações de economistas. Vimos a palavra desenvolvimento nacional desaparecer da mídia. Vimos o investimento - a variável macro do crescimento econômico - ter seu significado convertido em aplicação financeira e/ou transação patrimonial. O avanço ideológico dos defensores do primado do mercado e do enfraquecimento do Estado atingiu, inclusive, os programas curriculares de Economia, aonde o pensamento econômico foi apagado pela hipertrofia da análise econômica e a economia brasileira perdeu importância para a formação profissional. A juventude passou a ver o sucesso profissional ligado ao mercado de capitais e as carreiras públicas tiveram seu prestígio progressivamente erodido. A opção pelo estágio foi voltada às instituições financeiras.

A maré crescente neoliberal descaracterizou a Constituição de 1988. A avalanche de Emendas Constitucionais desmontou os instrumentos nacionais desenvolvimentistas que haviam sido preservados. O conceito de orçamento de seguridade social

foi esvaziado de seu conteúdo principal. O duplo movimento de privatização das empresas públicas e desregulamentação das atividades governamentais atrofiou e mutilou o raio de manobra do Estado nacional brasileiro. A fantasia de um “terceiro setor” público, mas não estatal, fez proliferar uma multidão de ONGs e foi o pano de fundo para subtrair do controle estatal - logó, público - uma variedade de ângulos da vida social. Não houve a instalação formal da autonomia do Banco Central, porém a adoção do modelo de “metas de inflação” concedeu aos membros do Conselho Monetário o poder de arbitrar taxa de juros e taxa de câmbio, retirando da política econômica qualquer forma efetiva de controle social. A filial estrangeira passou a ser conceitualmente equivalente à empresa sob controle acionário

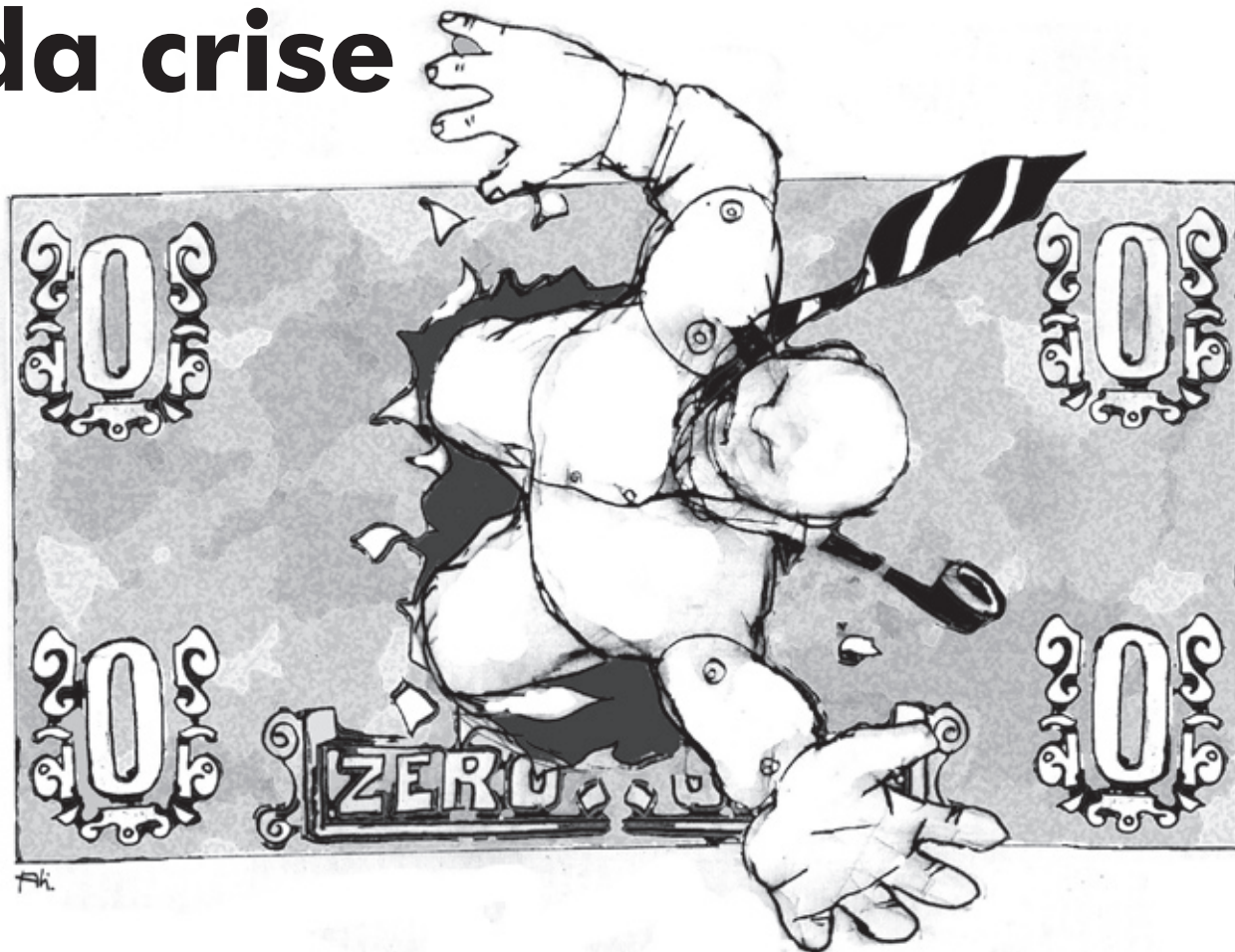
de brasileiros; a forma empresarial foi considerada o patamar de máxima eficácia e eficiência. Atividades públicas foram terceirizadas; existem empresas de ensino universitário com papéis na Bovespa.

O castelo de cartas da especulação financeira no mundo globalizado começou a cair. A crise teve início no coração do Império e devastou fundos imobiliários, empresas de seguros e bancos de investimento; saltou do coração do Império para as projeções financeiras nas demais economias. O maior banco da Suíça, país admirado por seu conservadorismo, já perdeu mais de US\$ 40 bilhões. As quebras de gigantes americanos vêm sendo acompanhadas pela desmontagem de grandes organizações financeiras

européias. As bolsas de ações e de mercadorias registram fortes oscilações envolvendo tendências inequívocas de baixa.

No Brasil, a crise já se instalou. Tivemos algumas semanas de discursos e afirmativas hipercorotimistas, que caminharam da constatação de estarmos com reservas internacionais de US\$ 207 bilhões em condições de resistir ao tsunami até as declarações da Febraban de que não havia qualquer problema creditício no país. O Banco Central já externou sua preocupação com “ventos inflacionários” e insinuou continuidade à política de elevação de juros que situa o Brasil no podium da remuneração financeira primária mais alta do planeta.

Rapidamente, o discurso otimista cedeu lugar à mancha onde se afirmava ser surpreendente a velocidade com que a



crise chegou ao Brasil. Como termômetro, a Bovespa sinaliza perdas colossais e coloca a nu o jogo especulativo no mercado de derivativos de empresas como a Sadia e a Aracruz. Sinais de restrição de crédito progridem e inspiram respostas assistenciais crescentes do Banco Central. As estimativas de que, em 2009, o Brasil crescerá 4% a.a. já despencaram para 2% a.a. O surto de crescimento 2007-8 será mais um vôo de galinha assustada. Um ex-presidente do Banco Central afirmou, pomposamente, que “não devemos pensar em crescimento”. Ociosa sugestão, pois diversas empresas já anunciaram a interrupção e seus projetos de ampliação. Provavelmente, o que o ex-presidente procurou aconselhar, foi que o Governo Federal archive o PAC para o futuro e suspenda novas obras públicas.

Desde antes da crise, os arautos neoliberais condenavam o crescimento - para eles, explosivo - do gasto público não financeiro. Esta preocupação visava a preservar o superávit fiscal primário para o pagamento de juros.

Agora, iremos assistir a um coro insistente de contenção do gasto público. Festejaram a acelerada expansão de crédito às famílias, que foram induzidas ao endividamento de longo prazo. O calcanhar de Aquiles do castelo de cartas norte-americano consistiu no hiperendividamento das famílias, propiciado pela elevação do valor dos imóveis concedidos em hipoteca. No Brasil, não há a hipoteca imobiliária por trás das vendas aceleradas de veículos e eletrodomésticos em até 90

prestações. Na compra financiada, a família brasileira se endividou tendo presente o tamanho da prestação e não os juros, explícitos e implícitos. O sistema financeiro bancário brasileiro utilizou o desconto em folha do crédito consignado: é óbvio que a garantia está no emprego e na renda da família financiada - tudo bem, se a economia brasileira continuar crescendo - mas a procrastinação do PAC e o anúncio de suspensão de projetos privados tendem a erodir essa garantia. Os aposentados continuarão sendo os mais sólidos mantenedores do edifício de crédito tupiniquim.

No plano internacional, é visível a necessidade de uma nova regra de sustentação das transações financeiras internacionais. O dólar mostrou o risco de toda a economia-mundo repousar na gestão financeira de uma única potência. A França e a Rússia já propuseram essa discussão, que se orienta para o âmago geopolítico desta crise. Não é previsível o império do bom-senso e, provavelmente, esta discussão se desdobrará em variados capítulos. Façamos votos que todos eles no espaço puramente diplomático.

O neoliberalismo desmantelou todas as salvaguardas que a nação brasileira dispunha, em nome de uma adesão incondicional e passiva à globalização e à hipertrofia do “mercado”. Neste momento, deve ser estimulado um debate sobre como o Brasil enfrentará a crise e, desde logo, o Brasil necessita combinar políticas imediatas em relação à crise com uma discussão aprofundada de um projeto nacional. Devemos interromper o jogo perverso de tentar man-

ter o real valorizado como forma de contenção inflacionária, jogo que tem sido feito pelo Banco Central mediante a elevação da taxa de juros real primária, forma de manter a “lealdade” de capitais estrangeiros de curto prazo. As poucas semanas de crise explícita já mostraram a rápida desvalorização do real, pois as restrições de crédito internacionais estão provocando uma retirada dos especuladores. Jamais tive confiança na reserva internacional alardeada como nossa principal conquista após a virada do milênio. Uma parcela das reservas é, realmente, nacional. Não sei o seu tamanho, mas esta é a principal salvaguarda em um cenário externo, com as commodities perdendo preço, sujeito às drenagens abruptas de um capital “cigano” por natureza.


O Brasil precisa de controle de importações. Hoje, em qualquer supermercado, podemos comprar vinhos, vinagres, azeites e temperos do mundo inteiro. Aliás, é possível encontrar legumes europeus pré-selecionados para temperá-los com componentes do exterior. A classe média que nos perdoe, mas a defesa das divisas é fundamental. No Palácio da Alvorada, usa-se material de escritório importado da China, embora o Brasil domine a tecnologia de fabricação de borracha de apagar traços de lápis etc. É necessário cancelar importações fúteis; nossa capacidade de importar tem de estar a serviço da manutenção de nosso sistema de produção e, principalmente, dispor de divisas para as importações de máquinas e equipamentos necessários à ampliação de nosso aparelho produtivo.

É imprescindível intervir ati-



vamente nos fluxos comerciais e cambiais brasileiros. A ideologia neoliberal nos condena a ser um espaço passivo aos movimentos convulsivos de fora. No último quarto de século, o Brasil teve um crescimento absolutamente medíocre, apenas superamos o Haiti no contexto latino-americano.

Controlar as relações externas é um movimento defensivo, porém a grande discussão é: a serviço de que projeto de nação este controle será exercido? Fazemos parte de um mundo global, mas não podemos renunciar ao nosso futuro. O que a experiência neoliberal demonstrou é a fragilidade desta ideologia e o caráter subordinado que a periferia assume quando retrocede a esta crença no mercado.

O futuro da sociedade brasileira será construído pela vontade política de construirmos nossa sociedade de amanhã. Façamos votos para que esta lição seja rapidamente assimilada pela severa pedagogia da crise atual. 

* Carlos Lessa é professor emérito da UFRJ e ex-presidente do BNDES.

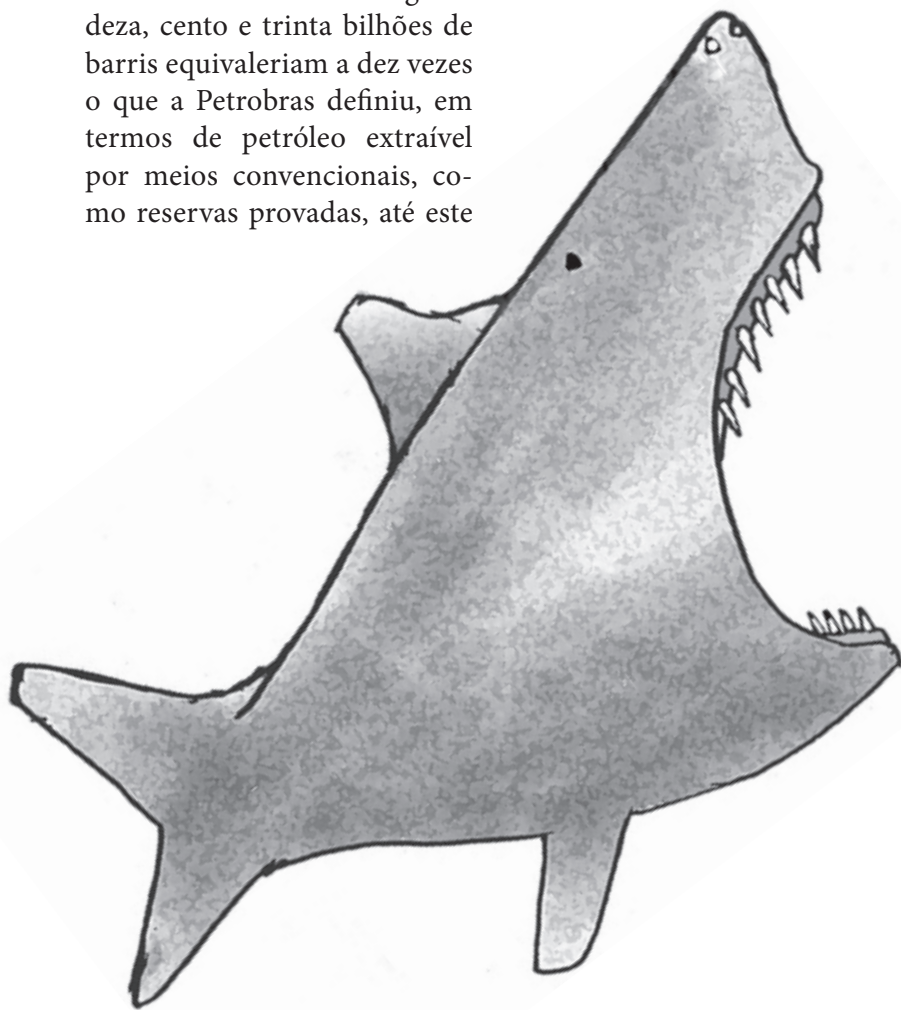
O petróleo é nosso, o pré-sal é nosso, a Petrobras é nossa

■ Ildo Sauer*

Para avaliar de forma consequente o papel e o significado das descobertas petrolíferas que se convencionou chamar “o pré-sal”, primeiro é necessário compreender uma parte da história recente do Brasil. Há uma determinação fundamental que permitiu que se chegasse a esse expressivo potencial, o qual, embora não esteja quantificado, é estimado com um volume de recursos situado entre 30 e 130 bilhões (e até mesmo 250 bilhões para os otimistas) de barris equivalentes de petróleo. Para ilustrar esta grandeza, cento e trinta bilhões de barris equivaleriam a dez vezes o que a Petrobras definiu, em termos de petróleo extraível por meios convencionais, como reservas provadas, até este

ano. A posição do Brasil seria elevada a um patamar próximo das grandes reservas internacionais: Iraque, Venezuela, Irã, Kuwait, até a maior, da Arábia Saudita... Como e por que o país criou esta possibilidade?

Nos anos 40, percebendo a importância que passaria ter o domínio da energia para o processo de modernização produtiva, de aumento da produtividade, do processo de industrialização e de urbanização, de crescente mobilidade de pessoas e cargas, o povo brasileiro desenvolveu a campanha “O Petróleo é Nosso”. No bojo desse movimento criou-se a Petrobras.



A primeira missão da Petrobras foi garantir que todos os cantos do país tivessem acesso ao petróleo, então um fator essencial para modernização da vida e para o aumento da produtividade e quase inexistente no país. A Petrobras cumpriu essa tarefa. Com todos os obstáculos e falhas que tenha havido, o fato é que, de 1954 até os anos 1970, nenhum canto do Brasil ficou sem abastecimento de petróleo, nem de derivados. Esse petróleo foi oriundo do exterior. A Petrobras inclusive descobriu, nesse período, o maior campo petrolífero do Iraque, chamado de O Maluco, O Louco, dada a sua enormidade...

Porém, com o primeiro choque do petróleo em 1973 e o segundo choque em 1979, criou-se uma nova situação, na qual a economia mundial entrou em crise. O paradigma keynesiano de intervenção estatal definida, forte, entrou em crise também, porque as taxas de acumulação do capital se reduziram drasticamente. Países como o Brasil, que tinham embarcado em um projeto de desenvolvimento acelerado, provisionado com financiamento externo, se viram de repente, duplamente ameaçados: pela conta petróleo, que se torna extremamente alta, e pela inflação internacional, combinada com as altas taxas de juros decorrentes da crise americana dos anos 1980. Essas condições levam o Brasil a um novo limiar e a Petrobras é solicitada a uma nova missão.

Frente à crise, no Brasil a es-

tratégia teve que mudar: a meta era atingir a auto-suficiência. **Não encontrando petróleo em terra, a Petrobras, para assegurar sua missão de redução da dependência energética, migra para o mar. Então, progressivamente, da exploração em lâminas de água de poucas dezenas de metros, passa-se para centenas e, mais adiante, para um mil, dois mil e hoje, profundidades próximas a três mil metros.** Com esse esforço, único no mundo, graças a alianças com a indústria nacional e internacional, com as companhias de serviços, com institutos de pesquisa brasileiros e internacionais, a Petrobras constrói toda uma rede de competência tecnológica e de gestão que conduziu o Brasil à auto-suficiência em 2006. Do contrário, a condição macroeconômica do país hoje seria dramaticamente diferente no cenário atual.

Toda essa capacitação na área de exploração, de desenvolvimento, de produção, de gestão, associada à interação com as grandes organizações mundiais de ponta permitiram à Petrobras propor um novo modelo de exploração. Era possível que as anomalias que ficaram registradas nas investigações geofísicas representassem mais petróleo. E comprovou-se que realmente era. Já em maio de 2007, o Presidente da República foi notificado pela Petrobras, pelo seu presidente e seu diretor de exploração e produção, que no pré-sal –

isto é, aquela camada profunda, encimada por uma camada de petróleo e uma camada de sal – havia mais petróleo e de boa qualidade! Isso foi comprovado em maio de 2007.

Esse é o quadro em que nos encontramos hoje. É preciso, agora, valorar adequadamente as conquistas da auto-suficiência e do pré-sal, que são fruto de uma política nacional apoiada plenamente pela população brasileira já há mais de 60 anos, quase 70: a campanha “O Petróleo é Nosso”. **A forma com que a Petrobras atuou se adaptou aos tempos e às pressões, mas a sua grande trajetória foi cumprida memoravelmente e é uma das organizações que cumpre, digamos assim, uma função de nação e de Estado.**

Diante do cenário atual, a estratégia adotada nos últimos anos pela Petrobras, de acelerar os investimentos tendo em vista a perspectiva de exaustão definitiva dos recursos de petróleo convencional no mundo, mostra-se acertada. Conhecimentos teóricos disponíveis permitem estimar que ainda haja cerca de dois trilhões de barris de petróleo convencional remanescentes. A uma taxa de retirada de 85 milhões de barris por dia, vão estar exauridos nos próximos 40 anos. Há ainda cerca de cinco ou seis bilhões de barris adicionais de petróleos não convencionais, de extração mais difícil e dispendiosa. Além disso, existem aproximadamente no Mundo dois trilhões de barris equivalentes de petróleo sob a forma de gás natural. O acerto da estratégia tem consistido em investir fortemente em produção e exploração no Brasil e no exterior porque há uma tendên-

cia de valorização definitiva do petróleo nesse cenário de pré-exaustão, apesar das restrições colocadas pela mudança climática. O gás natural já é uma possibilidade adicional de gerar valor, porque cada 150 metros cúbicos de gás permitem a substituição de um barril de petróleo. E há ainda o esforço no segmento dos biocombustíveis para criar, desde já, uma alternativa definitiva.

Essa estratégia é fruto de um trabalho histórico, de uma companhia cuja corporação remonta, hoje, a 68 mil pessoas. Seu grande patrimônio não é o petróleo encontrado, mas a capacidade de encontrar petróleo, desenvolver petróleo, desenvolver gás natural, dar soluções energéticas e construir os bicombustíveis. Isto é o valor da Petrobras e ele é fruto do esforço histórico do povo brasileiro que acreditou nela, que lhe deu apoio quando foi ameaçada de privatização, quando a chamaram de Petrobrax, e o povo brasileiro reagiu e manteve a Petrobras de pé. Nesse debate, chegaram a dizer que a Petrobras era uma empresa estrangeira. Embora ainda subsistam resquícios da cultura Petrobrax da época FHC, no seu conjunto ela continua sendo a maior realização histórica do povo brasileiro.

Há um conjunto de questões que devem ser respondidas e algumas decisões urgentes a serem tomadas.

O petróleo do pré-sal é uma jazida gigante única ou um arquipélago de grandes poços? Sem esse conhecimento, o risco de conflito aumenta. Um concessionário pode sugar o petróleo de outro. Alguém pode querer se instalar na borda do pré-sal. A primeira decisão sobre os campos gigantes de pe-



tróleo do pré-sal deve ser a contratação da Petrobras, que os descobriu, para avaliar toda a sua extensão, mediante um contrato com o Governo Federal, pelo custo do serviço. Petróleo é, cada vez mais, um recurso geopolítico. As grandes reservas mundiais, hoje, estão sob o controle dos Estados nacionais e de suas empresas estatais.

Para que foi re-criada a IV Frota americana, para vigiar o Atlântico Sul, neste momento?

Há ainda uma pergunta que precisa ser respondida. Se foram retirados da nona rodada de licitação os blocos no entorno do poço de Tupi, por que não foram retirados os do arco de Cabo Frio, finalmente arrematados por notório empresário nacional, que recrutou quadros técnicos na Petrobras, na antevéspera do leilão? O maior risco é que o acesso aos recursos e a partilha da produção sejam comandados a partir dos interesses urdidos nos palácios, sem qualquer participação popular e debate mais amplo. O açodamento na definição dos modelos de partilha pode estar mais ligado ao calendário eleitoral do que ao aproveitamento dos recursos no interesse do povo brasileiro.

A segunda questão, mais importante ainda, é que mecanismo de gestão estratégica definirá como serão apropriados os recursos decorrentes do excedente econômico. O modelo criado em 1997, e ainda vigente, previa um prêmio para quem corresse o risco exploratório. No pré-sal não existe mais risco; o modelo atual não tem mais sentido. O modelo de exploração do petróleo vigente é baseado nos mesmos princípios do sistema financeiro internacional criado a partir dos anos 1980 – que acabou de ruir. Se o petróleo é nosso, ele deve ter a finalidade de permitir que sua riqueza resgate dívidas históricas e possibilite a construção de um futuro para o país, baseado na modernização tecnológica, na modernização da infraestrutura, da base educacional e científica, na proteção ambiental e em todo um conjunto de ações estratégicas que venham a converter o Brasil num país diferente do que ele é hoje.

Há várias fórmulas possíveis, que permitam que esses objetivos sejam atingidos. Se a Petrobras e seu sucesso são fruto de uma política de Estado já há quase seis décadas, certamente os recursos do pré-sal também devem ter sua destinação debatida em profundidade no Congresso Nacional e na sociedade brasileira. **Eis as razões para articular a campanha nacional “O petróleo é nosso, o pré-sal é nosso, a Petrobras é nossa”, reeditando, para os tempos atuais a vitoriosa campanha do povo brasileiro, que conduziu à criação da Petrobras em 1953.** ☺

*Ildo Sauer é professor titular de energia da USP e ex-diretor da Petrobras.

Entrevista Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da Petrobrás: a visão nacionalista da Aepet

“Não houve sorte no pré-sal, houve competência e persistência da equipe da Petrobras”



P: Qual a estimativa mais confiável para o total das reservas do pré-sal? Como fica o Brasil no ranking dos países produtores, considerando a incorporação oficial das reservas?

R: A estimativa dos geólogos e geofísicos da Petrobras é de 90 bilhões de barris, conservadora. Mas este montante precisa ser confirmado mediante perfuração e completação dos poços e testes de longa duração. Onze poços já foram perfurados e, nos testes de curta duração, se confirmaram as previsões desses técnicos. O campo de Tupi será o primeiro a passar pelo teste de longa duração (um ano), através de um sistema piloto que será instalado ao final de 2009. Até agora, Tupi, Iara, Carioca e Bemtevi acenam com reservas superiores a 20 bilhões de barris. Ainda faltam 41 blocos que foram retirados, corretamente, do nono leilão pelo Conselho Nacional de Política Energética. **Confirmados esses 90 bilhões, o Brasil passa a ser a quarta reserva mundial (hoje já temos 14 bilhões em reservas provadas), atrás de Arábia Saudita, Irã e Iraque, todos na conturbada região do Oriente Médio.**

P: Ainda há algum risco geológico no pré-sal? Ou seja, é possível que o campo não seja contínuo?

R: O risco geológico é zero. Durante 30 anos a Petrobras pesquisou essa província, mas só pôde perfurá-la quando as novas tec-

nologias permitiram. O primeiro poço custou US\$ 260 milhões devido ao desconhecimento do comportamento da camada de sal. Hoje, os poços estão saindo por US\$ 60 milhões, mostrando que o risco tecnológico também é pequeno.

A possibilidade da província do pré-sal ser contínua é enorme, pois ela é fruto da separação dos continentes africano e sul americano, iniciada a 160 milhões de anos. Este afastamento se deu, segundo a teoria, de Sul para Norte. Na fenda inicial que se formou foram acumulados detritos orgânicos de alta qualidade, trazidos pelos rios, formando uma rocha geradora de petróleo. Normalmente quando esses detritos orgânicos, sob ação de microorganismos, se transformam em petróleo, a rocha geradora se rompe pelo aumento da pressão e da temperatura e o petróleo migra para a superfície. Se ele encontra uma rocha no caminho que o retenha, está formado o reservatório convencional. Mas a maior parte se perde por evaporação e biodegradação.

No caso do pré-sal foi diferente. A camada de sal com média de dois quilômetros de espessura, formada pela evaporação do mar confinado na fenda inicial, se depositou sobre a rocha geradora e se tornou um selo sobre ela, impedindo que o petróleo migrasse para a superfície. Assim, a transformação teve alta eficiência e é possível que tenha uma grande continuidade.

P: *Com a descoberta do pré-sal, surgiram várias propostas para alteração no marco regulatório do setor de petróleo e de modelos para exploração deste óleo. Qual modelo defendido pela Aepet?*

R: O marco regulatório atual é uma excrescência jurídica. A lei do petróleo, além de inconstitucional, é intrinsecamente ilegal. Os seus artigos 3º, 4º e 21 seguem a Constituição e estabelecem que as jazidas de petróleo e o produto da lavra pertencem à União Federal. Mas o artigo 26, fruto da pressão dos lobbies internacionais sobre o Congresso Nacional, dá a propriedade do petróleo a quem produzir, afrontando a Constituição e os próprios artigos da Lei 9478/97 acima citados. Além disto, o artigo 23 estabelece que o contrato para a produção seja de concessão. Esse tipo de contrato é o pior de todos, pois dá a propriedade a quem produz o petróleo. Tudo isto tem que ser mudado. O modelo ideal é aquele que garanta a propriedade do petróleo para a União, ou seja, para o povo brasileiro. Além disto, a participação no produto da lavra tem que ser, no mínimo, igual à média mundial. Isto ocorrendo, o Governo poderá usar o petróleo estrategicamente, fazendo essa riqueza beneficiar o seu legítimo dono. O Brasil é o único país que não mudou o marco regulatório em função da alta expressiva do preço do petróleo. E tem todos os motivos para fazê-lo, em face da descoberta vultosa que não tem mais risco.

P: *Alguns setores, encabeçado pelo Ministro Lobão, defendem a criação de uma estatal 100% nacional. Qual seria o papel desta empresa? Qual a sua avaliação sobre esta proposta? Quais são as intenções do ministro?*

R: Inicialmente, essa empresa iria continuar fazendo leilões, man-

tendo o marco regulatório. Fomos radicalmente contra. A nova proposta é de mudança do marco regulatório para que essa empresa faça a coordenação do processo e mude os contratos para o modelo de partilha para que a União volte a ser dona do petróleo e pague uma parte ao produtor. Há previsão de fortalecimento da Petrobras. Nessa nova proposta, somos a favor. Mas é preciso cuidado para que essa empresa não seja entregue aos picaretas.

P: *Outros setores defendem que o governo recompre o controle total da Petrobras? Qual a sua avaliação desta proposta? Quanto custaria esta comprar? Esse investimento não seria muito alto para o Tesouro brasileiro?*

R: É uma boa proposta, mas não é a prioritária. Visto que 36% das ações da empresa foram vendidas por cerca de US\$ 5 bilhões, mas hoje elas valem no mercado cerca de US\$ 120 bilhões, é um valor alto. O fundamental é que a participação da União no produto da lavra é baixíssima, da ordem de 50% do lucro líquido. No mundo, a média dessa participação é de 84%. Os países da Opep recebem entre 85 e 95%. É mais importante corrigir isto. **Suponhamos que se eleve para 84% (média mundial) e a exploração do pré-sal seja entregue à Petrobras. Como o Governo tem 40% das suas ações, ele ficaria com 90,4% (84+6,4%) do produto da lavra. É quase o dobro do que recebe nas condições atuais. Os acionistas americanos receberiam cerca de 6%.**

P: *Não seria mais interessante simplesmente aumentar a alíquota de imposto da União sobre a receita do pré-sal e manter a situação atual?*

R: Não, por vários motivos: É preciso deter a propriedade do

petróleo para usá-lo estrategicamente, inclusive como poder de barganha; é preciso evitar a produção predatória das jazidas, o que só é possível com a propriedade; como a participação do governo se dá sobre o lucro líquido, seria muito difícil controlar essa contabilidade; é preciso o controle estratégico também sobre a produção, senão irão exportar mais do que seria estratégico.



P: *Ao contrário de outros temas, entidades e personalidades do campo progressista e/ou nacionalista parecem não ter chegado a um consenso mínimo sobre o pré-sal? Isto acontece por que a descoberta é recente? Como unificar este campo?*

R: Há uma desinformação muito grande, produzida pela grande imprensa alinhada com o lobby internacional e por um time de lobistas nacionais. Pode-se vê-los nas audiências públicas no Congresso e nas colunas dos grandes veículos de informação. A quem interessa esse petróleo? Aos EUA que consomem 10 bilhões de barris por ano e só tem 29 bilhões de reservas. Às irmãs privadas que, tendo apenas 3% das reservas mundiais, tendem a desaparecer em cinco anos, conforme matéria do Financial Times de abril de 2008. Quatro delas são americanas e duas são inglesas. Capital Anglo-Saxão. Por outro lado,

os técnicos da Petrobras não podem falar. Os do MME também não. Sobra para a Aepet e sindicatos tentarem esclarecer às lideranças e entidades. Como a grande imprensa não nos dá espaço, o nosso esforço é muito grande. Estamos fazendo palestras diárias por todo o país.

P: *Basta olhar para países do Oriente Médio e para a Venezuela para constatar que possuir grandes reservas de petróleo não implica ter um alto índice de desenvolvimento social. Como é possível garantir que estas reservas se tornem o pilar para a construção de uma sociedade mais justa?*

R: Esta é outra falácia dos lobistas. Os EUA se tornaram um grande país, graças aos 150 anos que exploram petróleo (próprio e o dos países que dominam). O Canadá é um grande país, sendo o petróleo uma das causas. A Noruega tem a maior renda per capita do planeta, além do segundo maior fundo soberano, graças ao petróleo. A Rússia renacionalizou a Gazprom e saiu da bancarrota, voltando a ser um país grande. Está no G8. A Venezuela, ao eliminar os entreguistas da PDVSA, passou a usufruir do petróleo, revertendo os benefícios dele para o país e para o povo venezuelano. Há países que tem petróleo, mas são explorados, ou invadidos, ou saqueados, mas isto é fruto de ações criminosas, terrorismo de estado, como as invasões do Iraque, do Afeganistão, infringindo todas as regras internacionais. A América Latina é totalmente dominada pelos EUA por possuir os recursos naturais que eles precisam. Mas isto são exceções, inaceitáveis, e não a regra.

P: *Em relação à indústria, alguns analistas falam que o Brasil pode ser vítima da chamada*

“doença holandesa”. Você vê este risco? Como evitá-lo? O que pode ser feito para o parque industrial brasileiro maximizar os benefícios da exploração do pré-sal?

R: É outra grande bobagem. Nós temos que nos livrar é do complexo de vira-latas, como dizia o Nelson Rodrigues. Temos tecnologia, capacitação, e discernimento para saber definir nosso destino e nosso futuro. Quanto à indústria, chegamos a ter 5.000 fornecedores de equipamentos do setor petróleo, e de muitos outros setores usuários de equipamentos, com tecnologia repassada pela Petrobras. Havia ainda 3.000 fornecedores de serviços. Com o Decreto Repetro, que isenta as empresas estrangeiras de impostos de importação, mas não isenta de impostos as nacionais, FHC destruiu essas empresas. Mas há um conhecimento latente que pode ser restaurado com condições de competir. Portanto, não houve acomodação, nem irresponsabilidade. Houve uma ação deletéria, deliberada para destruir esse parque industrial que chegou a competir internacionalmente com sucesso.

Por outro lado, a falácia de que as leis do mercado é que devem regular tudo, pela sua sabedoria, acaba de ruir completamente. Como disse o Veríssimo, a lei fundamental atual do Mercado é: “Se der errado, recorra ao Governo”. Os americanos estão pagando caro pela falácia da globalização neoliberal e da regulação do mercado por si próprio. Vários países e suas populações e instituições estão também pagando caro.

P: É interessante para o Brasil entrar para a Opep? Por quê?

R: Não vejo muita necessidade, embora haja algumas vantagens como a de estabelecer regras e quotas para produção, além de

defender os interesses dos países-membros, exportadores. Mais importante do que isto é a União deter a propriedade do petróleo. Entretanto, é preciso que esta avaliação seja feita pelo Itamaraty, hoje integrado por um grupo competente e patriota.

P: Por favor, faça um balanço do trabalho da ANP. A agência errou em conceder os campos do pré-sal a multinacionais? Havia elementos para antever a existência deste mega-campo? Quanto a nação perdeu com estas concessões?

R: O trabalho da ANP tem sido o de entregar o petróleo para as corporações internacionais. No começo, foi comandada por David Zilberstajn, que chegou a dizer numa audiência pública, cheia de empresários estrangeiros: “O petróleo agora é vosso”. Na sua ânsia entreguista, ele dividiu os blocos para leilão com áreas 220 vezes maiores do que os do Golfo do México. No 8º Leilão a Halliburton colocou na diretoria da ANP o seu preposto, senhor Nelson Narciso, presidente da sua subsidiária em Angola. Ele impôs restrições absurdas à Petrobras (se ela comprasse um bloco no pré-sal, não poderia comprar outro), o que ocasionou duas ações judiciais com as quais conseguimos suspender o leilão. Hoje, ele acumula duas diretorias. Agora, descobrimos que há dez anos uma subsidiária da Halliburton gerencia o banco de dados de exploração e produção, BDEP, que recebe os dados estratégicos da Petrobras. Faz isto sem licitação, desobedecendo ao Ministério Público. A Halliburton, mentora da invasão do Iraque, é a empresa que comanda a corporatocracia americana definida no livro “Confissões de um assassino econômico”, do americano John Perkins. Ela ganhou bi-



lhões no Iraque com obras sem concorrência. No 9º leilão efetivado após a descoberta do campo de Tupi, o CNPE, orientado pelo governo, retirou, corretamente, 41 blocos do leilão. Portanto, o pré-sal, por enquanto, está em suspenso.

P: Você acredita que a Quarta Frota foi recriada devido ao pré-sal? Isso não seria paranóia nacionalista? Que tipo de pressão os EUA poderiam fazer sobre o Brasil?


R: Acredito, pela situação dos EUA. Não há qualquer motivo para isto além do pré-sal. Os EUA estão numa situação perigosa em termos de energia, por isto já gastaram mais de US\$ 2 trilhões no Iraque/Afganistão. Importam cerca de 7 bilhões de barris por ano e a previsão dos analistas sérios é que estamos chegando ao terceiro e definitivo choque do petróleo, devido à produção mundial estar chegando no pico, enquanto a demanda segue crescendo. Eles acertaram, em 99, que o barril chegaria a US\$ 100 antes de 2010. E prevêem US\$ 200 em 2015. Hoje, os EUA estão gastando US\$ 700 bilhões/ano e estarão gastando US\$ 1,4 trilhão por ano em 2015. Como sobreviver?

Eles pressionaram o Congresso Nacional para quebrar o Monopólio Estatal do Petróleo. Pressionaram para o país aplicar as diretrizes do Consenso de Washington: privatização, que visou destruir a principal fonte

geradora de tecnologia que são as empresas estatais; desregulamentação com a quebra dos monopólios, flexibilização das leis trabalhistas, ambientais e econômicas. Pressionam o STF para beneficiá-los nas decisões, como no caso da nossa ADI que visou mudar o artigo 26 da Lei 9478. Ou seja, eles têm enorme poder de pressão, com resultados palpáveis, sobre os três poderes da República. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fala disto em seu livro recente.

Os EUA não concordaram com o mar territorial, mas perderam por 130 a 4 na ONU. E daí? Desde quando eles respeitam as regras da ONU? Acho que é para nos preocuparmos com essa Quarta Frota. Afinal, poderemos ter reservas equivalentes às do Iraque. Jornais do mundo inteiro têm comentado isto em suas manchetes. O Le Monde recentemente publicou matéria de primeira página com essa preocupação e advertência.

P: Deus é Brasileiro?

R: Deus é o mentor do Universo, do qual somos menos que um átomo. Mas é claro que ele nos ama. Assim, o Brasil é tão viável que, há anos, muitos políticos tentam destruí-lo e não conseguem. No Plano de Ação do Departamento de Defesa americano, há cinco estratégias, sendo uma delas: “Impedir que países potencialmente hegemônicos se desenvolvam”. O Brasil é o alvo principal, por ser o país mais viável do planeta. FHC fez um estrago e chegou perto de desmontar o país, mas não conseguiu. Não houve sorte no pré-sal. Houve competência e persistência da equipe da Petrobras. Veja o exemplo do campo de Majnoon, o segundo do Iraque. Foi descoberto por nossos geólogos numa área abandonada pelas irmãs privadas. 

IBP: a visão das empresas do setor

Estabilidade regulatória no setor de petróleo é a chave para a tranquilidade nos investimentos do país



■ João Carlos de Luca

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional e as descobertas na área do Pré-sal abriram um justo debate sobre a necessidade de se ampliar a receita governamental e o controle do processo exploratório no Brasil. O melhor aproveitamento das prováveis reservas gigantes existentes na costa brasileira é de fato um assunto de interesse nacional. O que não interessa à nação, certamente, é a paralisação da exploração petrolífera e o abandono do modelo que vem dando certo há 10 anos - e sem o qual o Brasil não teria conquistado a auto-sufici-

ência, o Pré-sal e a perspectiva de se tornar um dos principais produtores mundiais.

Hoje, a indústria se debate em todo o mundo com desafios gigantescos. A redução do ritmo de novas descobertas, a aceleração do consumo e a escassez de mão-de-obra e equipamentos são apenas alguns deles. Neste cenário o Brasil se destaca como uma aposta pelo excepcional desenvolvimento da indústria nos últimos anos e, agora, pelas oportunidades oferecidas pelas descobertas no pré-sal. Descobertas que só se tornaram possíveis pelo ambiente de negócios favorável criado no país a

partir da abertura do mercado.

Foi o ambiente de negócios criado a partir da Lei do Petróleo que permitiu à indústria de óleo e gás o espetacular crescimento de 300% e o aumento de sua participação no PIB de 2% para mais de 10%. Em apenas uma década, as reservas nacionais dobraram de tamanho e mudaram de perfil, com a exploração de novas fronteiras e a descoberta de óleos mais leves e de maior valor agregado. Com a nova província, o país pode chegar à auto-suficiência também no gás. Isto porque a quantidade de gás por barril produzido é cerca de cinco vezes maior no Pré-sal do que nos campos de óleo pesado da Bacia de Campos. Temos assim, a possibilidade de resolver o problema do abastecimento de gás ao crescente mercado nacional.

Como resultado das licitações promovidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), mais de 70 empresas operam hoje em exploração e produção, metade delas de origem nacional. São grupos de pequeno, médio e grande porte, que têm ajudado a desenvolver os projetos de alta produtividade no mar, mas também os campos maduros nas bacias terrestres, gerando emprego e renda nas regiões mais pobres. A participação de grandes *players* internacionais nesse mercado trouxe

novas tecnologias e estimulou a criação de uma rede nacional industrial e de serviços para apoio às atividades de exploração e produção. E a Petrobras se transformou numa das maiores companhias de petróleo do mundo, motivo crescente de orgulho para todos os brasileiros. Temos, certamente, um modelo bem-sucedido, e não há razão para mudá-lo.

Não há dúvidas de que o pré-sal pode mudar significativamente o perfil do país na área do petróleo e gás. Por esse motivo, o IBP entende a posição do governo de estudar a necessidade de mudanças no modelo regulatório brasileiro. É um direito soberano. Mas é preciso que eventuais mudanças preservem o ambiente regulatório seguro e confiável que o Brasil construiu.

Temos um modelo progressivo e flexível, que dispõe de mecanismos e dispositivos infralegais que permitem ao governo ajustá-lo para uma ainda mais adequada apropriação da riqueza gerada pelo petróleo e o controle da produção, de modo a atender os interesses estratégicos do país. Neste sentido, o IBP já encaminhou estudo ao governo e espera ser ouvido nas negociações que se seguirão ao trabalho da comissão interministerial criada para propor alternativas de exploração dos recursos do pré-sal.

A se confirmarem as previsões, o governo terá uma receita extra tão grande quanto as expectativas que todos temos hoje em relação às descobertas re-

centes. Mas ainda vai demorar quase uma década até que o petróleo do pré-sal venha a ser comercializado. E mesmo assim se foram assegurados o grande volume de recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários à exploração e à produção em condições reconhecidamente desafiadoras.

Antes que seja obtida qualquer receita de projetos de E&P no pré-sal, serão exigidos dispendios na aquisição ou aluguel de equipamentos hoje praticamente indisponíveis no mercado mundial, como as sondas de perfuração; na construção de oleodutos, gasodutos e refinarias; e na capacitação e qualificação de mão-de-obra para responder à demanda dos grandes empreendimentos. Tudo isso, é claro, demandará investimentos maciços somente conseguidos através de um esforço conjunto de capitais nacionais e externos.

As companhias de petróleo e gás prevêem investir US\$ 128 bilhões nos próximos quatro anos, sem contar os recursos necessários para desenvolver a produção no pré-sal. A Petrobras continuará respondendo pela maior parte dos investimentos, mas 25% deles já são de responsabilidade das empresas privadas, que precisam de regras claras e estáveis para operar em qualquer país.

A indústria opera com qualquer modelo exploratório, seja ele de concessão ou de partilha de produção. Da mesma forma, o governo pode receber o mesmo nível de participações governamentais que desejar (royalties, impostos, participações especiais, etc) em qualquer



dos dois modelos. É assim em todo o mundo. Acreditamos, entretanto, que o Brasil tem um modelo moderno, reconhecidamente bem-sucedido, e que o melhor para o país é ajustá-lo à nova realidade.

Antes de tudo, é imprescindível preservar os contratos existentes, inclusive quanto aos aspectos fiscais, evitando uma insegurança jurídica. Felizmente, esta é uma intenção já manifestada claramente pelo governo.

Temos de retomar a previsibilidade dos processos licitatórios – e neste sentido o anúncio da realização da 10ª rodada no final do ano é sem dúvida um

avanço, mesmo com a limitação das ofertas apenas a áreas terrestres, o que reduz a participação de investidores.

É necessário ainda que a 8ª rodada seja retomada e concluída, como recomendou o próprio Conselho Nacional de Política Energética na resolução número 6, de novembro do ano passado. Se não for possível, que pelo menos sejam adjudicados os blocos já licitados e declarados os vencedores. Esta é uma medida essencial para a preservação da estabilidade jurídica do processo.

De parte das empresas, há total disposição para ajudar o país a tirar o melhor proveito deste que é um dos melhores momentos da indústria de petróleo e gás no Brasil. O que não interessa ao país agora é a existência de um quadro de incerteza e instabilidade regulatória, que afaste investidores. A proposta do IBP tem o objetivo de oferecer subsídios para o aumento de receita governamental, bem como para a manutenção do atual modelo de concessão. Atende aos interesses mais imediatos do país, preservando a transparência dos processos licitatórios para o desenvolvimento de novos projetos estratégicos em todas as áreas de potencial petrolífero em todo o território nacional.

No que diz respeito ao pré-sal, temos por enquanto apenas a promessa de riqueza. É preciso torná-la realidade. Perder tempo agora não interessa ao país. ☑

* João Carlos de Luca é presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e presidente da Repsol YPF Brasil

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Eleições - Corecon 2008

Conforme edital público, no próximo dia 31 de outubro será realizada nossa eleição anual para renovação do terço de conselheiros relativo ao triênio 2009/2011, escolha do Delegado-Eleitor

do Rio de Janeiro para as eleições do COFECON, bem como a consulta sobre a indicação ao Plenário de Conselheiros dos nomes para o exercício da Presidência e da Vice-Presidência, em 2009.

O voto poderá ser feito por correspondência – conforme instruções a serem encaminhadas ao endereço de contato de cada economista – ou diretamente na urna disponível, no dia da eleição, na sede do

CORECON - Av. Rio Branco 109/16º andar, das 9 às 18h.

Apenas os economistas em dia com sua anuidade estão aptos a votar.

Foi inscrita para o pleito apenas a chapa Novos Desafios.

Chapa Novos Desafios

Estamos concorrendo às vagas do terço de conselheiros que ora se renova no Conselho Regional do Rio de Janeiro, relativo ao triênio 2009/2011.

Nossa chapa – Novos Desafios – assim se denomina como um sinal de representação e simbolismo de um novo tempo que, acreditamos, se abra para o mundo e para o Brasil.

Após um longo ciclo de hegemonia liberal, a complexa e sistêmica crise que se manifesta nos principais centros de decisão econômica do mundo talvez nos abra a oportunidade, aqui no Brasil, de revisão e superação dos graves equívocos que nos empurram para um perigoso quadro de desagregação social e institucional, em curso, mas camuflado, até agora, pelos resultados positivos do relativo crescimento econômico dos últimos quatro anos.

Somos de opinião que o Brasil necessita de ser reconstruído em

novas bases. Verdadeiras revoluções são necessárias em áreas vitais das políticas públicas, com o objetivo de enfrentar os dilemas da educação, da saúde, da habitação, dos transportes e da cultura de milhões de brasileiros.

E, para tanto, somos cientes do papel dos economistas e de suas entidades de classe e de representação.

Somos cientes, especialmente, das nossas próprias responsabilidades no debate das alternativas macroeconômicas que nos possibilitem encontrar novos horizontes para a sociedade brasileira.

Queremos, portanto, contribuir e continuar a colaborar em um processo que se desenvolve há anos em nossas entidades de representação, e que queremos cada vez mais forte.

Será muito importante a sua colaboração, a sua participação e o seu voto.

Contamos com você!

Conselheiros-Efetivos

Edson Peterli Guimarães – Instituto de Economia/UFRJ

Gilberto Caputo Santos – Aposentado

Paulo Sergio Souto (Passarinho) – Fundação Nacional de Arte/MinC

Conselheiros-Suplentes

André Luiz Rodrigues Osório – Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Leonardo de Moura Perdigão Pamplona – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Miguel Antônio Pinho Bruno – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Delegado-Eleitor Efetivo

José Antônio Lutterbach Soares – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Delegado-Eleitor Suplente

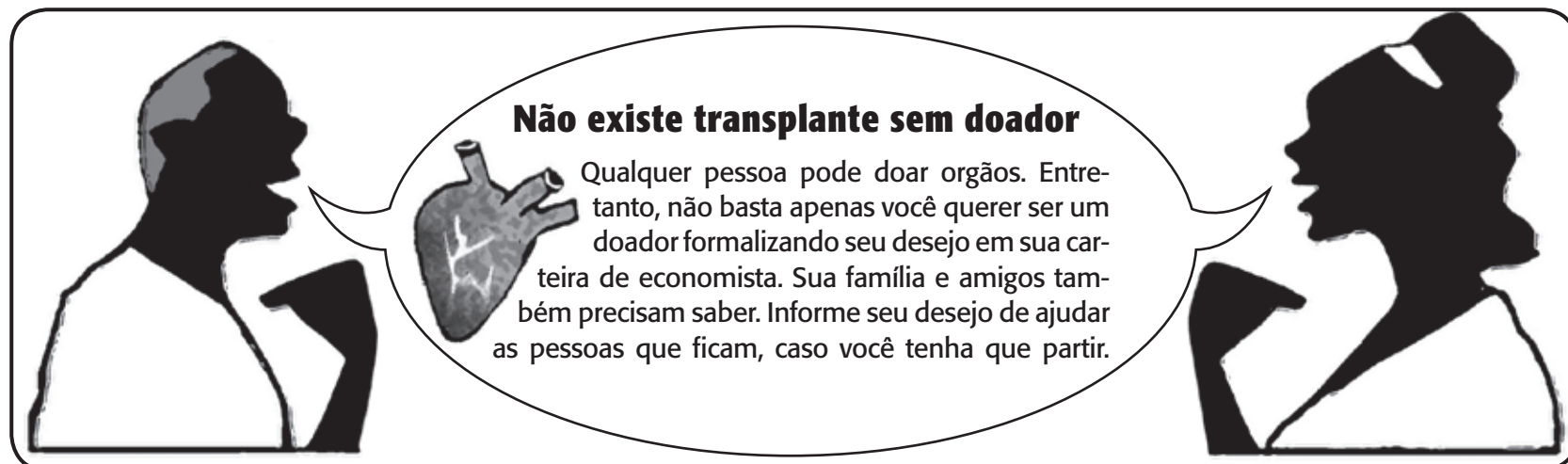
João Manoel Gonçalves Barbosa – Indústrias Nucleares do Brasil (INB)

Presidente (para o exercício 2009)

Paulo Sergio Souto (Passarinho)

Vice-Presidente (idem)

Sidney Pascoutto - Eletrobrás



O Orçamento Criança e Adolescente

“O Orçamento Criança e Adolescente é o resultado da aplicação de uma metodologia para demonstrar e analisar o gasto público com crianças e adolescentes. Não é um documento, nem mesmo um conceito oficial.

Sua concepção se orienta pelo princípio de que uma sociedade justa, uma economia forte e um mundo sem pobreza só serão possíveis com investimentos na criança e respeito aos seus direitos”

Cartilha de Olho no Orçamento Criança e Adolescente

Tradicionalmente, no Brasil, comemora-se no dia 12 de Outubro o “Dia das Crianças”. Desta forma, neste mês, a equipe FPO-RJ focou seus estudos nesta parcela da população tendo em vista o princípio supracitado de que uma sociedade mais justa só será possível com investimentos nas crianças e adolescentes.

Para realizar essa análise foi feito o acompanhamento dos gastos destinados a este público no Estado e Município do Rio de Janeiro, Município de Niterói, além de uma breve avaliação do Distrito federal e do Orçamento da União. Para tal, foi utilizada uma metodologia idealizada por três instituições (Fundação Abrinq, INESC¹ e UNICEF²): O Orçamento Criança e Adolescente/OCA.

Direitos da Cidadania, Saúde e Educação – se relacionam diretamente com uma função do orçamento, enquanto as subáreas ligam-se a subfunções deste.

Como os gastos públicos não são direcionados a uma faixa etária específica, para que estes possam ser mensurados apropriadamente no OCA, há uma classificação entre orçamento exclusivo - ações diretamente voltadas às crianças (educação, excluindo programas administrativos, educação de jovens e adultos e universitária além da assistência social específica para crianças e adolescentes) e não-exclusivos – ações que, por se destinarem a toda a população, leva-se em conta o valor total multiplicado pelo coeficiente de crianças na população.

Cabe ressaltar que o presente estudo, apesar de ser baseado em uma metodologia envolve um grau de imprecisão, uma vez que a classificação do orçamento em funções e subfunções não abrange todas as informações necessárias para se afirmar que o gasto é ou não com criança ou adolescente. Desta forma, ocorrem casos específicos em que Programas de Trabalho direcionados à criança e ao adolescente não se classificam dentro da metodologia, mas são inclusos no OCA.

do OCA nos anos 2005 a 2007 (corrigidos monetariamente para preços de agosto de 2008) bem como a dotação prevista para este ano, a dotação autorizada final até setembro (despesa prevista inicial diminuída dos cancelamentos e somada aos acréscimos ocorridos ao longo do exercício) e o valor executado até 13 de setembro.

O orçamento criança e adolescente gira na média de 2,2 bilhões de reais. Observa-se que a previsão para 2008 (ano eleitoral), é menor do que a execução ocorrida no exercício anterior e, embora até 13 de setembro 59,9% dessa previsão inicial tenha sido liquidada, esse percentual cai para 56,9% quando comparado à despesa autorizada.

Nota-se ainda, que a participação mais relevante no OCA total se dá pela educação (em média 79,3%) fato que ocorre pois nessa área a maioria dos programas são exclusivos, e além disso no Município carioca, a educação pública fundamental é praticamente exclusiva de responsabilidade do próprio Município.

O OCA correspondeu, de 2005 a 2007, à média de 23% do total das despesas executadas anualmente. Participação esta que cai para 20,47% no liquidado parcial desse ano, quando comparado também com o total das despesas liquidadas até setembro.

Ainda que o percentual de crianças residentes no município seja equivalente ao peso do orçamento criança no total, a formação das crianças não parece ser prioridade uma vez que a assistência social exclusiva para a criança e ao adolescente teve em 2006 um pouco menos de 8 milhões de reais dispostos e em 2007 um pouco mais de 3 mi-

Tabela 1

Em R\$ Mil

Áreas de Atuação	Liq. 2005	Liq. 2006	Liq.2007	LOA 2008	Dot.At.2008	Liq.2008
Saúde	381.822	361.069	460.717	424.437	427.841	264.731
Educação	1.634.241	1.762.690	1.800.022	1.743.285	1.853.842	1.033.796
Assistência Social	41.060	43.529	42.435	40.917	43.602	25.037
Total	2.057.123	2.167.288	2.303.175	2.208.639	2.325.285	1.323.564

Tabela 2

Em R\$ Mil

Áreas de Atuação	Liq. 2005	Liq. 2006	Liq.2007	Liq 2008
Saúde	934.355	1.090.239	889.303	557.956
Educação	2.201.681	3.481.661	3.762.298	2.406.331
Assistência Social	82.025	79.800	81.852	60.648
Total	3.218.062	4.651.700	4.733.452	3.024.935

Tabela 3

OCA per capita (Criança e Adolescente)					
Ente federativo:	Niterói	MRJ	ERJ	Distrito Federal*	Brasil*
Oca per criança (ano):	1.557	1.572	891	3.051	655

Os dados do Distrito Federal e do Brasil, referem-se a valores previstos para 2008 e somente relativos ao OCA exclusivo. Os meses foram cedidos pelo INESC.

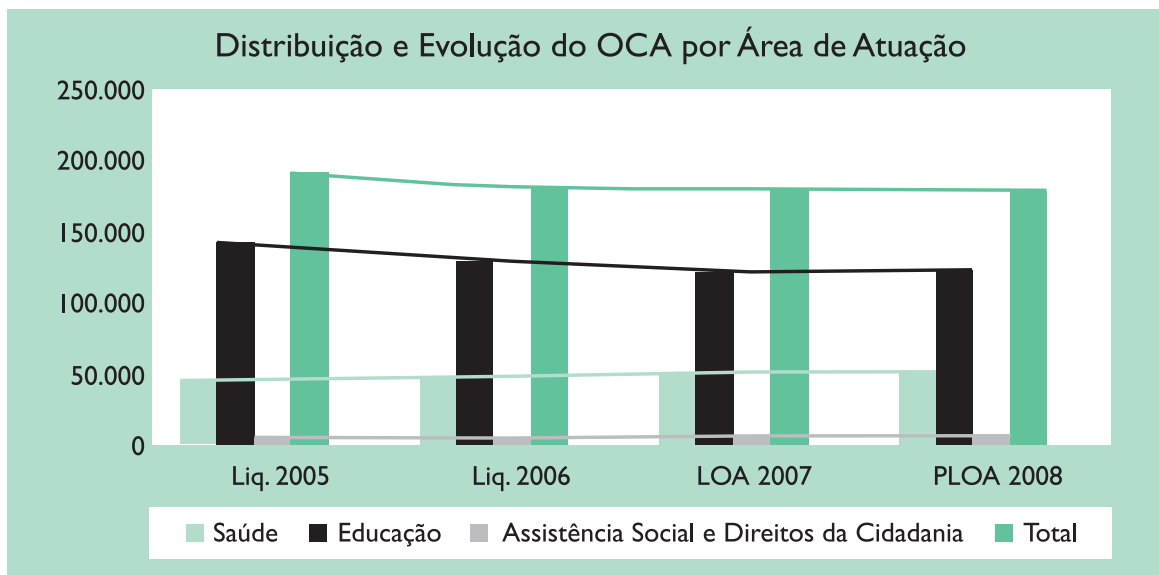
Esta metodologia propõe uma divisão do orçamento em áreas e subáreas relacionadas à formação e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. As áreas - Assistência Social/

Município do Rio de Janeiro

Segundo dados da CIDE³, o Município carioca tem 22,91% de sua população composta por cidadãos de 0 a 17 anos. Logo este foi o coeficiente utilizado para o cálculo do OCA não-exclusivo neste ente.

A tabela 1 demonstra o total liquidado por área de atuação

Gráfico 1



lhões. Neste ano, do total previsto de 3,5 milhões, até setembro apenas 800 mil reais foram liquidados. No dia 25/01/2008 cerca de 790 mil reais foram cancelados de programas da assistência específica, sendo esses recursos remanejados para a construção da Cidade da Música.

Além disso, em todos os exercícios todas as emendas propostas pelo legislativo de assistência à criança foram canceladas ao longo do ano, ficando seus recursos a mercê do livre arbítrio do poder executivo, demonstrando o pequeno poder que a vereança carioca vem exercendo nos orçamentos.

○ Município de Niterói

O Município de Niterói tem, segundo dados da CIDE, 25,41% de sua população constituída por crianças e adolescentes (0 a 17 anos). A apuração do OCA no município carrega as dificuldades da falta de transparência do orçamento público que infelizmente são freqüentes no Brasil.

Dessa forma, foram encontradas algumas dificuldades para a elaboração do OCA niteroiense; a prestação de contas de 2007 não está disponível, e além disso os dados de saneamento, ha-

bitação e desporto e lazer contidos em 2005 e 2006 são restritos, pois a prestação de contas das sociedades de economia mista (CLIN⁴ e NELTUR⁵) e empresa pública (EMUSA⁶) do município apresentam suas prestações de contas exclusivamente contábeis e, dessa forma não são apresentados os programas de trabalho do orçamento de cada uma delas. Os dados de 2007 e 2008 são dotações previstas obtidas na LOA⁷ e PLOA⁸ respectivamente.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do OCA dividido por suas áreas de atuação:

Observa-se uma queda de 5,43% do OCA de 2005 para 2006 (passando de 191 para 180 milhões de reais). Esta foi puxada pela educação (9,27%).

A previsão do OCA para 2007 foi de 179 milhões de reais, contudo isso não representa necessariamente uma nova queda de sua execução, pois, historicamente o alcaide subestima seu orçamento, e chega a liquidar 130% do que prevê - fato já alertado pela equipe FPO-RJ no *JE* de Agosto de 2008.

O percentual do Orçamento Criança no total das despesas fica na média em 24,6% chegando a 27,15% em 2005. Assim como no município vizinho a partici-

pação do OCA no total fica próxima ao percentil de crianças na população.

Estado do Rio de Janeiro

A compilação do OCA Estadual deu-se de forma distinta dos outros entes de nosso escopo. No caso do estado utilizamos para o cálculo exclusivamente a metodologia proposta pelo OCA, baseada em funções e subfunções. Não foi realizada análise de cada programa de trabalho e assim não foram acrescentadas e nem excluídas ações que podem ou não estar ligadas à formação de crianças.

O percentual de cidadãos de 0 a 17 anos utilizado para o cálculo do OCA não-exclusivo foi de 30,45%, segundo dados obtidos na CIDE.

Na tabela 2 observa-se o OCA por área e total com todos os valores liquidados em 2008 até 23 de setembro. É notório que há uma queda elevada na saúde (18,43%); esta é dada pela intervenção federal feita na Saúde do Município do Rio em 2006, em que a gestão dos recursos do SUS passa a ser realizada pelo estado. Em 2007 ocorre o fim da intervenção e dessa for-

ma estes recursos voltam a ser administrados pelo município.

O peso do OCA no total das despesas do estado fica na média em 11,3%, bem inferior ao dos outros entes analisados ou até mesmo ao percentual de crianças da população. Contudo é preciso fazer um alerta, presente na cartilha “De olho no Orçamento Criança” – a comparação do OCA entre municípios ou estados precisa considerar as realidades político-administrativas e não somente os resultados orçamentários.

Por exemplo, a educação fundamental (que tem participação considerável no cálculo do OCA) na capital do estado é de responsabilidade quase que exclusiva do próprio município. Comparar dessa forma, essas duas realidades não é muito plausível o que fica evidente quando comparamos Estado e município do Rio nas informações da tabela 3.

A título de ilustração realizamos na tabela 3 a comparação dos dados entre os diversos entes, Município e Estado do Rio, Niterói além do Distrito Federal e da União em termos de gasto per capita (no caso per criança e adolescente).

Sabe-se que esta comparação per capita não representa nenhum rigor científico, contudo a intenção do presente estudo é de chamar atenção para os gastos com nossas crianças e adolescentes. É preciso estabelecer prioridades e ficar de olho na destinação dos recursos públicos.

1 Instituto de Estudos Socioeconômicos

2 Fundo das Nações Unidas para a Infância

3 Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro

4 Companhia de Limpeza de Niterói

5 Niterói Empresa de Lazer e Turismo

6 Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento de Niterói

7 Lei Orçamentária Annual

8 Proposta de Lei Orçamentária Anual


Desconto para curso Preparatório para o Exame Nacional da Anpec 2009

O Corecon-RJ oferece preços promocionais para os alunos que pagarem à vista até 1º de dezembro o curso "Preparatório para o Exame Nacional da Anpec 2009". Todos os detalhes estão no site (www.corecon-rj.org.br), no link cursos.

Em sua sexta edição anual, o curso prepara estudantes de Economia, economistas e profissionais de outras áreas que desejam ingressar em um dos cursos de mestrado dos centros da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec).

O curso será de 5 de janeiro a 30 de setembro de 2009, de segunda à sexta, com aulas aos sábados (uma vez por mês). Nesta 6ª edição, ele passa a contar com

monitores no horário das 16h às 18h, de março a setembro. Outra novidade é que as aulas de janeiro serão de nivelamento em Matemática, de segunda a quinta, das 18h45 às 21h30. O horário, a partir de fevereiro, será: segundas e quartas, das 18h às 22h; terças, quintas e sextas, das 18h45 às 21h30.


A turma terá no máximo 40 alunos e a prioridade é matricular primeiramente aqueles que farão todas as matérias. A partir do dia 21 de janeiro, haverá possibilidade de matrículas em disciplinas isoladas. Os conteúdos programáticos são aqueles exigidos pela Anpec. A informação está na página da Anpec: <http://www.anpec.org.br/exame.htm>. 

Concurso de Redação tem participação excelente

O resultado do IV Concurso de Redação Economista Ignácio Rangel será anunciado até 10 de novembro na página do Corecon-RJ (www.corecon-rj.org.br). A solenidade de premiação acontece em 20 de novembro às 16h, no auditório do Conselho, na Av. Rio Branco, 109, 19ª andar.

O índice de participação no concurso foi acima do esperado. Alunos de escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro e em diversos municípios do interior, como Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Bom Jardim, Santo Antônio de Pádua, Paracambi e Duque de Caxias, submeteram redações sobre o tema "A Economia e seu Impacto na

Qualidade de Vida". Uma banca integrada por economistas conselheiros do Corecon-RJ e professores da Rede Estadual está analisando os textos e escolherá os alunos vencedores.

O primeiro colocado receberá um computador com impressora, enquanto os demais ganharão máquinas fotográficas digitais, MP3s, livros e outros itens. O concurso é organizado pelo Corecon-RJ e pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. O objetivo do Corecon-RJ com o Concurso de Redação é estimular a abordagem crítica de temas do cotidiano relacionados com a economia e despertar no estudante o interesse pela profissão de economista. 

MBA FGV

Em Duque de Caxias e Nova Iguaçu
O INVESTIMENTO DA SUA VIDA



A Fundação Getúlio Vargas traz para Duque de Caxias e Nova Iguaçu seus programas de MBA/Pós Graduação. A melhor logística e custo/benefício para sua atualização, desenvolvimento e diferencial no mercado.

Início das aulas em outubro de 2008.

MBA em Duque de Caxias
Aulas quinzenais aos sábados

- ✓ Gestão Empresarial
- ✓ Gerenciamento de Projetos
- ✓ Direito Tributário
- ✓ Mercado de Capitais

MBA em Nova Iguaçu
Aulas quinzenais aos sábados

- ✓ Gestão Empresarial

Turmas para 2009
Reserve sua vaga

- ✓ Marketing
- ✓ Gestão Financeira,
- ✓ Controladoria e Auditoria
- ✓ Gestão de Pessoas

Condições especiais para associados CORECON-RJ
10% de desconto nas mensalidades. Presente: ganhe um livro da coleção FGV Management, ao fazer sua matrícula até o dia 17 de outubro.

Rua Conde de Porto Alegre, nº 477
7º Andar - Duque de Caxias - RJ
Tel: (21) 2771-2083 / (21) 2771-3816
www.fgvmelhor.com.br
fgv@fgvmelhor.com.br



CONVENIADA



IDE
management

ATENÇÃO ECONOMISTAS:

Possibilidades de Emprego no Setor Público.

Localizado no Centro do Rio, o **Curso Gabarito** vem desde 1996 ajudando o aluno a vencer nos certames Nacionais. Tanto na área fiscal (Federal, Estadual e Municipal), quanto em concursos de Tribunais de Contas, Banco Central, Bndes, Banco do Brasil, Petrobras, entre outros.

A instituição preza pela excelência de seu corpo docente, com turmas e módulos com número limitado de alunos e uma coordenação pedagógica atuante.

Venha conhecer o **Curso Gabarito**, e conversar com nossos coordenadores. Eles irão orientá-los como alcançar o sucesso em provas em Concursos Públicos.


Você associado do Corecon RJ

Desconto de 20% (vinte por cento), sobre o valor integral das mensalidades dos cursos Básico Fiscal, e para economistas afins;

Desconto de 15% (vinte por cento), sobre o valor integral das mensalidades dos demais cursos;


Desconto de 10% (dez por cento), sobre o valor integral das mensalidades de qualquer módulo relacionado a qualquer dos cursos oferecidos;

CURSO



GABARITO

Av. Pres. Wilson, 164 / 2º andar - Centro
Próximo ao Metrô estação Cinelândia - saída Rua Santa Luzia

 2533 4242

WWW.GABARITO.COM.BR